

O Panorama dos Homicídios no Brasil

ANO 03
2 0 1 1
Nº 6

2011 © Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial. As opiniões expressas nos trabalhos e artigos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores.

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretária Nacional de Segurança Pública

Regina Maria Filomena de Luca Miki

**Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e
Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública**

Isabel Seixas de Figueiredo

Coordenadora Geral de Pesquisa e Análise da Informação

Cristina Neme

Editores

Luciane Patrício Braga de Moraes (SENASP - MJ),

com a colaboração de Laiza Mara Neves Spagna

Conselho Editorial

Antônio Rangel Bandeira (VIVARIO)	César Barreira (UFC)
Cláudio Beato (UFMG)	Cristina Villanova (SENASP - MJ)
Guaracy Mingardi	Ivone Freire Costa (UFBA)
Jorge Zaverucha (UFPE)	José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)
Luciane Patrício B. de Moraes (SENASP - MJ)	Maira Baumgarten (FURG)
Marcelo Ottoni Durante (UFV)	Maria Stela Grossi Porto (UnB)
Michel Misse (UFRJ)	Naldson Costa (UFMT)
Renato Lima (FBSP)	Ricardo Balestreri
Roberto Kant de Lima (UFF)	Rodrigo Azevedo (PUC - RS)
Sergio Adorno (USP)	Wilson Barp (UFPA)

Tiragem: 1.200 exemplares

341.5514

Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça. – Ano 3, n. 6, (2011). --
Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2011.

[Irregular]

Continuação da Coleção Segurança com Cidadania.

ISSN: 2178-8324

1. Segurança pública, Brasil. 2. Políticas públicas, Brasil. I. Brasil.
Ministério da Justiça (MJ).

CDD

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP)
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede
Brasília, DF - Brasil - CEP: 70064-900
Telefone: (61) 2025-3635

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	05
Editorial	07
A Criminologia e as Desventuras do Jovem Dado <i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	11
Os Homicídios no Nordeste Brasileiro <i>José Maria Nóbrega</i>	31
Configuração de Homicídios em Recife: um estudo de caso <i>José Luiz Rattton, Clarissa Galvão, Rayane Andrade e Nara Pavão</i>	73
Os Homicídios no Sul do Brasil: tendências e perfil das vítimas <i>Letícia Maria Schabbach</i>	91
Pesquisa qualitativa de homicídios com base em registros policiais: limites e possibilidades <i>Acácia Maria Maduro Hagen e Aida Griza</i>	121
Homicídios dolosos no Rio de Janeiro: variáveis aleatórias <i>Renato Dirk</i>	143
Homicídios em Goiás <i>Dalva Borges de Souza</i>	169
O papel do desemprego nas altas taxas de homicídio entre os jovens no Brasil Metropolitano <i>Roberta Guimarães</i>	185
Instruções aos Autores	205

Os Homicídios no Sul do Brasil: tendências e perfil das vítimas

Letícia Maria Schabbach¹

INTRODUÇÃO

Estudos nacionais e internacionais consideram o homicídio o indicador mais eficaz para se medir a magnitude da violência em determinado espaço social e a probabilidade de risco de sua população. Além de sua padronização jurídica internacional, os homicídios contabilizam uma cifra oculta pequena em comparação com outros delitos, bem como atingem todas as classes e grupos sociais. Neste sentido, eles representam “um barômetro bastante confiável do crime violento.” (FOX; ZAWITZ, 2004, p. 1).

Não há outro fato social cuja reprovação seja tão incontestável e generalizada quanto o ato voluntário de matar alguém, embora possa ser relativizado em certos casos, como na legítima defesa, em guerras, na atuação policial, etc.

Uma das características bastante conhecida dos homicídios é quanto ao uso de armas de fogo (em cerca de 80% dos casos²), as quais possuem um poder de letalidade muito superior ao das armas brancas (facas ou outros objetos cortantes). Tais peculiaridades fazem do homicídio o crime mais estudado, seja através de fontes primárias (por exemplo, entrevistas com homicidas e pessoas conhecidas da vítima e do agressor), seja por fontes secundárias (processos judiciais, estatísticas policiais e sobre mortalidade).

Neste estudo, a fim de se examinar as tendências gerais e o perfil das vítimas dos homicídios no Sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, utilizou-se como fonte de dados o Sistema de Informações sobre a Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, para o período 1980-1995 (item “homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas”, CID 9) e 1996-2007 (item “agressões”, CID 10), quanto aos registros por local de ocorrência. Os dados foram analisados através de operações estatísticas descritivas.

Apresenta-se, em 1º lugar, o comportamento dos homicídios nos três estados do Sul, comparando-os com as demais unidades federativas e o País. Na sequência, analisam-se as tendências gerais dos homicídios no estado do Rio

1 Doutora em Sociologia, professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este trabalho foi apresentado no Seminário Nacional sobre os Homicídios no Brasil, ocorrido em Caruaru/PE, de 8 a 10 de outubro de 2009. A autora agradece as sugestões e os comentários feitos, à ocasião, por Doriain Borges, os quais foram, na medida do possível, incorporados à metodologia e aos resultados do estudo.

2 No Brasil, 77% dos óbitos por homicídio em 2006 foram praticados com o concurso de armas de fogo (WALSHELSZ, 2008).

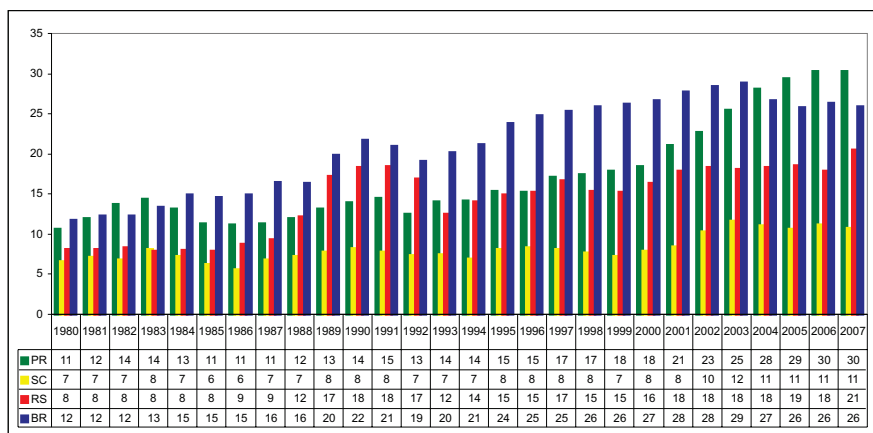
Grande do Sul, e em espaços intraestaduais (área metropolitana x interior, cidades populosas x cidades pequenas) e a situação dos municípios gaúchos dentro do “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros -2008” (WASELFISZ, 2008), pesquisa que envolveu 5.564 municípios brasileiros. Por último, expõem-se características das vítimas dos óbitos por homicídios no território sul-rio-grandense, no tocante à idade, sexo e escolaridade baixa.

I. OS HOMICÍDIOS NO SUL DO BRASIL

As seguintes taxas foram calculadas com base nas estatísticas de óbitos por homicídio, por local de ocorrência e para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e o conjunto do Brasil. Elas estão expostas inicialmente ano a ano, dentro de uma série histórica de 1980 a 2007; e a seguir, aparecem distribuídas pelas três últimas décadas.

I.1. PERÍODO DE 1980 A 2007

Gráfico 1:
Evolução das taxas de óbitos por homicídio na Região Sul e no Brasil – 1980 a 2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos, Contagens e Estimativas Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

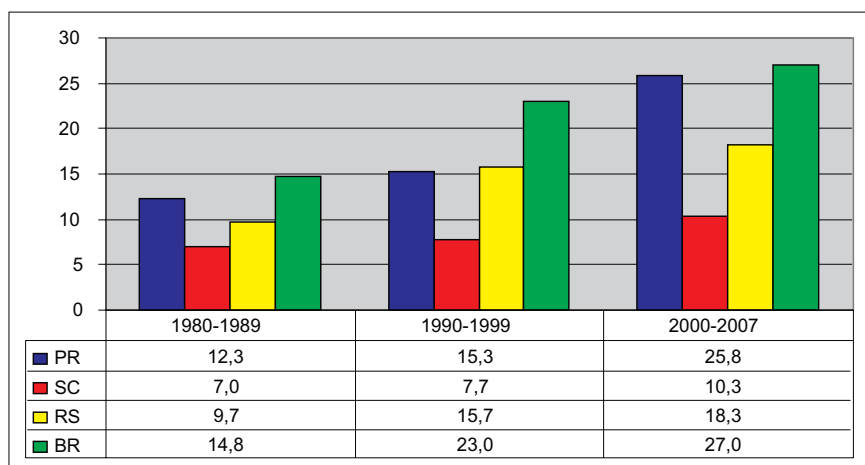
Nota: taxas por 100.000 habitantes.

Nota-se no gráfico acima que as taxas de homicídios cresceram em todos os espaços no período 1980 a 2007: 186% no Paraná, 154% no Rio Grande do Sul, 116% no Brasil e 63% em Santa Catarina. As taxas paranaenses superaram as nacionais em anos iniciais (1982 e 1983) e finais da série (2004 a 2007), enquanto que as gaúchas e catarinenses sempre foram inferiores às aquelas. Por

outro lado, as taxas paranaenses e gaúchas cresceram mais no período e em cada ano da série (ambas com 4% de média das variações anuais) do que as nacionais (3%) e as catarinenses (2%).

I.2. DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000

Gráfico 2:
Evolução das taxas de óbitos por homicídio no Brasil e na Região Sul
Décadas de 1980, 1990 e 2000



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos, Contagens e Estimativas Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes.

Nas três últimas décadas, os óbitos por homicídio cresceram 110% no Paraná, 89% no Rio Grande do Sul, 82% no Brasil, e 48% em Santa Catarina. As taxas dos três estados da Região Sul sempre foram inferiores às brasileiras nestas décadas.

Verifica-se um expressivo crescimento, de respectivamente 62% e 55%, das taxas sul-rio-grandense e nacional na década de 1990 em relação à de 1980. No Paraná e em Santa Catarina, um pico de elevação (de 69% e 34%, respectivamente) foi observado mais tarde, na década de 2000.

Na sequência, apresentaremos uma periodização que inclui os anos em que houve censo demográfico ou contagem populacional pelo IBGE – 1980, 1991, 1996, 2000, 2007 –, de forma a calcular com maior exatidão as taxas de homicídios, cujos denominadores referem-se à população total residente ou a subgrupos desta.

Tabela 1:
Evolução das taxas de óbitos de homicídio e *rankings*
por estado brasileiro – 1980/2007

Taxa de óbitos por 100.000 habitantes	1980		1991		1996		2000		2007		Média variações
	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.	Taxa	Pos.	
Alagoas	14,1	7	26,9	8	28,1	10	25,7	11	60,6	1	56%
Espírito Santo	14,8	5	37,5	4	42,8	4	46,8	3	56,2	2	49%
Pernambuco	17,9	3	38,7	3	40,7	5	54,0	1	53,7	3	38%
Rio de Janeiro	25,6	1	39,5	2	60,0	1	51,1	2	40,9	4	18%
Distrito Federal	12,0	10	33,3	6	38,3	6	37,7	7	33,2	5	45%
Mato Grosso	3,0	24	22,2	10	29,5	9	39,8	5	31,2	6	172%
Pará	8,6	15	15,7	17	12,5	21	13,0	21	31,2	7	51%
Mato Grosso do Sul	16,1	4	22,0	11	37,7	7	31,0	10	30,9	8	22%
Paraná	10,6	12	14,5	18	15,3	16	18,5	16	30,3	9	32%
Rondônia	23,7	2	43,7	1	24,5	11	33,8	8	29,9	10	17%
Roraima	13,4	9	36,6	5	43,3	2	39,5	6	29,3	11	39%
Amapá	3,9	22	18,0	16	43,2	3	32,6	9	29,1	12	117%
Sergipe	7,1	20	21,6	12	14,7	19	23,3	12	27,1	13	62%
Bahia	3,3	23	4,9	26	15,0	18	9,4	23	25,7	14	98%
Goiás	14,6	6	20,3	13	15,6	15	20,2	13	25,3	15	17%
Ceará	8,2	17	9,7	21	13,0	20	16,6	17	23,7	16	31%
Paraíba	10,6	11	12,4	19	19,0	13	15,1	20	23,6	17	26%
Amazonas	9,5	13	19,1	14	18,8	14	19,8	14	22,1	18	29%
Minas Gerais	8,5	16	7,7	25	7,3	25	11,5	22	21,3	19	32%
Rio Grande do Sul	8,0	19	18,4	15	15,2	17	16,3	18	20,5	20	37%
Acre	8,1	18	25,2	9	21,1	12	19,4	15	20,3	21	47%
Rio Grande do Norte	8,7	14	9,2	23	9,3	23	9,1	24	19,7	22	30%
Tocantins	-	-	10,1	20	12,2	22	15,5	19	18,0	23	21%
Maranhão	2,7	25	9,2	22	6,7	26	6,1	27	17,8	24	101%
São Paulo	13,6	8	30,7	7	36,2	8	42,3	4	15,7	25	24%
Piauí	2,4	26	4,4	27	4,7	27	8,2	25	13,4	26	57%
Santa Catarina	6,6	21	7,8	24	8,3	24	7,9	26	10,8	27	14%
BRASIL	11,7		20,9		24,8		26,7		25,9		25%

Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Taxas por 100.000 habitantes e posições calculadas pela autora.

Neste *ranking* das taxas de homicídios por estados brasileiros, que contempla os anos 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007, dos três estados sulinos, o Paraná oscilou entre as posições 12^a e 8^a (no último ano), o RS entre a 15^a e 20^a posição (no último ano), e SC entre a 21^a e 27^a posição (no último ano, quanto teve a menor taxa do país, de 10,8 homicídios por 100.000 habitantes). Portanto,

quanto aos valores das taxas, o estado de Santa Catarina está em melhor situação, figurando sempre nas últimas posições do ordenamento decrescente das mesmas. O Paraná superou em 2007 a taxa nacional (30,3 contra 25,9 homicídios por 100.000 habitantes), enquanto que as taxas gaúchas e catarinenses sempre foram inferiores. A maior variação média dentre os três estados da Região Sul, todavia, foi a do RS, de 37% contra 32% no PR, 25% no Brasil e 14% em SC.

2. O RIO GRANDE DO SUL NO “MAPA DA VIOLÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS” (WASELFISZ, 2008)

2.1. HOMICÍDIOS EM GERAL

O Rio Grande do Sul possui 23 municípios entre os 10% brasileiros com as maiores taxas médias de homicídios (de 2004 a 2006). Eles perfazem 4,6% do total de municípios gaúchos e contabilizam 42% dos 1.966 homicídios ocorridos no RS em 2006. Estes municípios (de um total nacional de 556, os 10% com maiores taxas) aparecem na tabela a seguir.

Tabela 2:
23 Municípios gaúchos situados entre os 10º
com as maiores taxas médias de homicídio, 2004 a 2006

ORDEM	Posição no ranking dos 10% do Brasil	Município	Média taxa de homicídios (2004, 2005 e 2006)	Média populacional, em mil. (2004, 2005 e 2006)
1	117º	Pirapó	54,5	3,1
2	137º	Entre Rios do Sul	52,0	3,2
3	141º	Campo Novo	50,9	5,9
4	169º	Vicente Dutra	47,2	5,6
5	197º	Cerro Grande do Sul	45,2	8,8
6	252º	Alvorada	41,8	198,7
7	281º	Porto Alegre	39,5	1.391,9
8	355º	Novo Barreiro	35,4	3,8
9	365º	São Leopoldo	35,1	203,4
10	370º	Itatiba do Sul	34,6	4,8
11	393º	Braga	33,9	3,9
12	397º	São Nicolau	33,7	5,9
13	426º	Dezesseis de Novembro	32,8	3,1
14	442º	Jóia	32,5	8,2
15	444º	Arvorezinha	32,4	10,3
16	452º	Frederico Westphalen	32,2	28,0
17	455º	Guaíba	32,1	93,5

18	481º	Itapuca	31,4	2,5
19	487º	Iraí	31,3	8,5
20	534º	Barros Cassal	29,8	11,2
21	544º	Jaquirana	29,6	4,5
22	545º	Canoas	29,5	318,4
23	546º	Hulha Negra	29,5	5,7

Fonte: WAISELFSZ, 2008, p. 31 et seq.

Os 23 municípios gaúchos, dos quais 15 (65%) possuem menos de 10.000 habitantes, aparecem no *ranking* nacional após as 100 primeiras colocações. Em municípios pequenos, a baixa frequência de determinados delitos – como é o caso do homicídio – provoca grande instabilidade e imprecisão das taxas criminais. Até mesmo a utilização da média móvel (de três anos) no estudo consultado não corrigiu este problema.

Se retirássemos do *ranking* gaúcho os municípios com menos de 10.000 habitantes restariam oito com maior taxa média de homicídios nos anos 2004 a 2006, a saber:

Tabela 3:
Municípios gaúchos de 10.000 ou mais habitantes, situados entre os 10% brasileiros com as maiores taxas médias de homicídio de 2004 a 2006

ORDEM	Posição no <i>ranking</i> dos 10% do Brasil	Município	Média taxa de homicídios (2004, 2005 e 2006)	Média populacional, em mil. (2004, 2005 e 2006)
1	252º	Alvorada	41,8	198,7
2	281º	Porto Alegre	39,5	1.391,9
3	365º	São Leopoldo	35,1	203,4
4	444º	Arvorezinha	32,4	10,3
5	452º	Frederico Westphalen	32,2	28,0
6	455º	Guaíba	32,1	93,5
7	534º	Barros Cassal	29,8	11,2
8	545º	Canoas	29,5	318,4

Fonte: WAISELFSZ, 2008, p. 31 et seq.

Nesta nova ordenação, os municípios gaúchos começam a despontar a partir da 252ª posição, sendo que cinco deles são metropolitanos: Alvorada, Porto Alegre, São Leopoldo, Guaíba e Canoas.

2.2. VITIMIZAÇÃO JUVENIL (15 A 24 ANOS DE IDADE)

Três municípios gaúchos (0,6% do total de 496 municípios em 2006) aparecem no *ranking* de 100 municípios brasileiros com maiores taxas médias de homicídio juvenil (no período 2002 a 2006), são eles:

Tabela 4:
Participação do Rio Grande do Sul nos 100 municípios com maiores taxas médias de homicídio juvenil, 2002 a 2006

Ordem	Posição no ranking (100) do Brasil	Município	Número absoluto de homicídios de 15 a 24 anos					Taxa média homicídios	Jovens em 2006, mil.
			2002	2003	2004	2005	2006		
1	11º	Vicente Dutra	1	1	3	2	0	169,4	1,0
2	49º	Miraguaí	0	0	1	1	1	127,0	0,8
3	86º	Eerval Grande	1	1	1	2	3	105,7	0,9

Fonte: WAISELFISZ, 2008, p. 55 et seq.

Todos os três municípios listados possuíam menos de 6.000 habitantes em 2006 (Vicente Dutra – 5.761 habitantes; Miraguaí – 4.321 habitantes, Eerval Grande, 4.446 habitantes). A participação dos jovens na sua população não ultrapassou 1.000 pessoas em 2006.

Portanto, quando a população específica, ou o denominador, é uma fração da população total (como o intervalo dos 15 a 24 anos de idade), a participação dos municípios pequenos é ainda mais saliente, cabendo aqui as mesmas considerações metodológicas anteriores, acerca da instabilidade e oscilação das taxas de homicídios.

Dentro do *ranking* dos 200 municípios brasileiros com mais de 70.000 habitantes que apresentaram maior proporção de vítimas jovens (equivalente ao percentual de jovens mortos sobre o total de homicídios), figuram 8 municípios gaúchos, expostos na tabela abaixo.

Tabela 5:
Municípios com mais de 70.000 habitantes com os maiores índices (média 2004 a 2006) de vitimização juvenil (% de vítimas de 15 a 24 anos sobre o total)

Ordem	Posição no ranking (200) do Brasil	Município com mais de 70.000 habitantes	Número de homicídios				Nº de homicídios juvenis				Vitimização juvenil (%)
			2004	2005	2006	Média	2004	2005	2006	Média	
1	13º	Esteio	19	26	21	22	8	14	12	11	51,5
2	22º	Guaíba	37	20	33	30	17	7	20	15	48,9
3	47º	Cachoeirinha	28	32	26	29	18	13	8	13	45,3
4	59º	Alvorada	98	91	60	83	43	43	25	37	44,6
5	93º	Alegrete	13	18	19	17	3	10	8	7	42
6	137º	Porto Alegre	566	573	511	550	236	235	190	220	40,1
7	170º	Canoas	75	108	99	94	27	44	37	36	38,3
8	199º	São Leopoldo	69	60	85	71	25	18	36	26	36,9

Fonte: WAISELFSZ, 2008, p. 57 et seq.

Nesta lista, apenas o município de Alegrete não pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre. O primeiro colocado, Esteio, é metropolitano e se situou na 13ª colocação do ranking nacional.

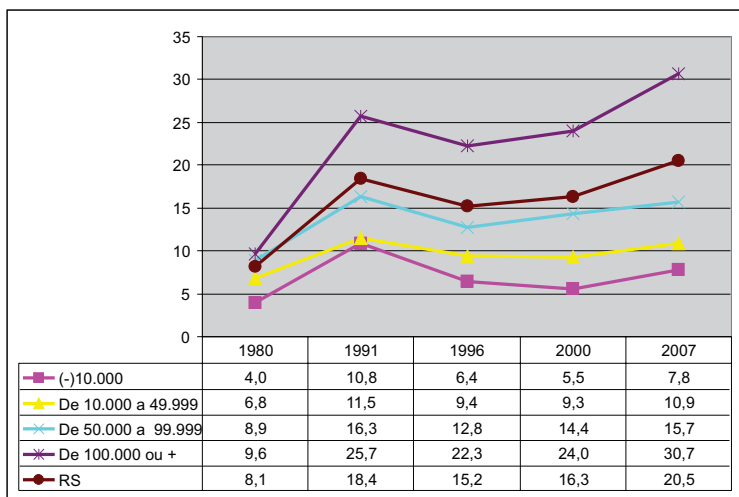
3. TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DOS ÓBITOS POR HOMICÍDIO NO RIO GRANDE DO SUL E EM ESPAÇOS INTRAESTADUAIS

Os dados a seguir estão expostos de acordo com o tamanho dos municípios (menos de 10.000 habitantes, de 10.000 a 49.999 habitantes, de 50.000 a 99.999 habitantes, de 100.000 ou mais habitantes) e com a sua localização: área metropolitana (reunião dos COREDES Metropolitano e Vale do Rio dos Sinos)³ e interior do estado.

³ COREDES = Conselhos Regionais de Desenvolvimento. A composição da Área Metropolitana aqui utilizada aproxima-se mas não é idêntica à da Região Metropolitana de Porto Alegre. Esta última foi criada pela lei complementar federal nº 14, de 8 de Junho de 1973, e teve sua delimitação posteriormente alterada por diferentes instrumentos legais.

3.1. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO DE ACORDO COM O TAMANHO DOS MUNICÍPIOS

Gráfico 3 – Evolução das taxas de óbitos por homicídio de acordo com o tamanho populacional dos municípios do RS – 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes.

Verifica-se que as taxas maiores, dentre todos os espaços, são as dos municípios com 100.000 ou mais habitantes. Considerando-se a variação no período, têm-se duas situações: uma em que o ano de 1980 é inserido na análise e outra em que é retirado por conta de sua atipicidade, como se verifica na tabela abaixo.

Tabela 6:
Variações das taxas de óbitos por homicídio de acordo com o tamanho populacional – períodos 1980 e 2007 / 1991 e 2007

Variações no período	1980 e 2007	1991 e 2007
Menos de 10.000 habitantes	96%	-28%
De 10.000 até 49.999 habitantes	59%	-6%
De 50.000 a 99.999 habitantes	76%	-4%
De 100.000 ou + habitantes	218%	20%
RS	153%	11%

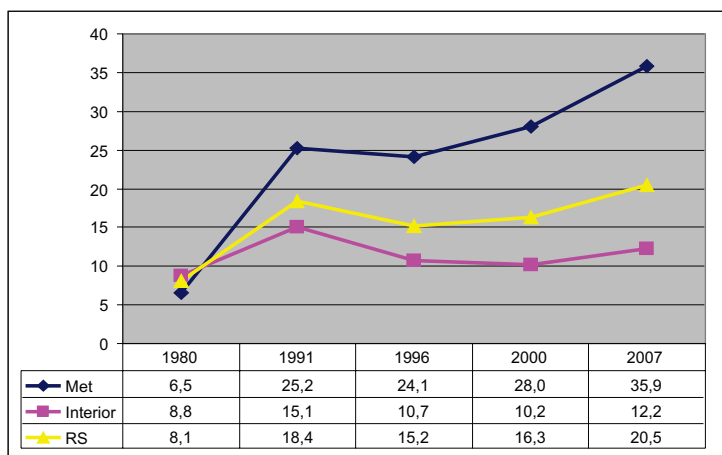
Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Considerando-se o período 1980 a 2007, os homicídios cresceram em todos os conjuntos de municípios e no Estado, e com maior intensidade nas cidades maiores (de 100.000 ou mais habitantes), em 218%. Excluindo-se o ano de 1980, constata-se que, à exceção dos municípios mais populosos, nos espaços até 100.000 habitantes os homicídios decresceram, especialmente nas cidades com menos de 10.000 habitantes (-28%).

Por conta desses resultados, pode-se considerar a década de 1980 como atípica quanto ao comportamento dos óbitos por homicídio, o que exige cautela na análise dos dados. Uma das hipóteses para tal atipicidade, é a subnotificação dos óbitos e demais problemas advindos da fase inicial de implementação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, cujos dados disponibilizados via *web* iniciam em 1979.

3.2. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO NA ÁREA METROPOLITANA E NO INTERIOR DO RS

Gráfico 4:
Evolução das taxas de óbitos por homicídio na área metropolitana e no interior do RS – 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora. Nota: taxas por 100.000 habitantes.

À exceção de 1980, em todos os anos da série as taxas metropolitanas superaram as interioranas, sinalizando uma prevalência dos óbitos por homicídio na Área Metropolitana de Porto Alegre.

Tabela 7:
Variações das taxas de óbitos por homicídio de acordo
com a localização – períodos 1980 e 2007 / 1991 e 2007

Variações no período	1980 e 2007	1991 e 2007
Área Metropolitana	452%	42%
Interior do RS	39%	-19%
RS	153%	11%

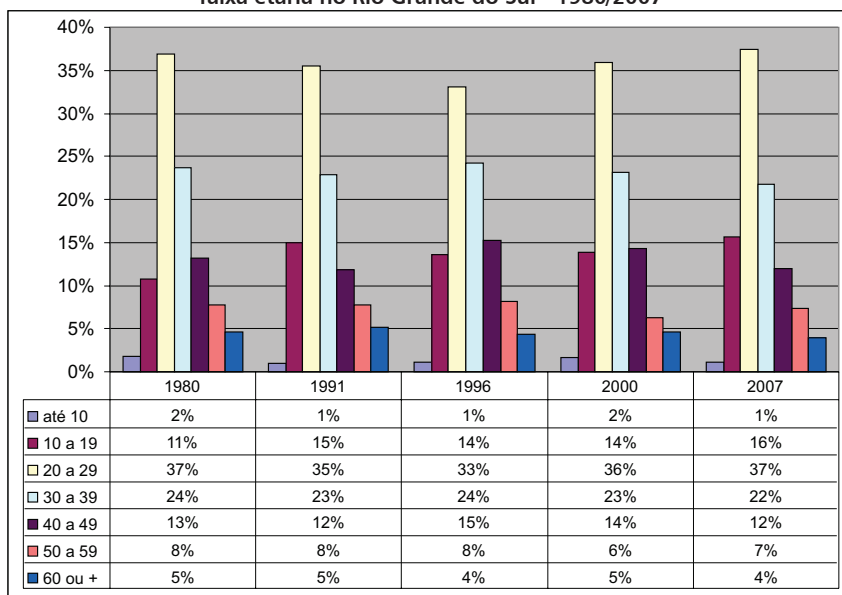
Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Aqui também se observa um comportamento distinto das taxas de óbitos por homicídio de acordo com a presença ou não do ano de 1980. Retirado este ano do cálculo da variação do período, as taxas interioranas decrescem, ao contrário das metropolitanas e estaduais. No último período, ainda, a elevação das taxas metropolitanas foi bastante inferior à verificada na série mais longa (de 1980 a 2007): 42% contra 452%.

4. OS HOMICÍDIOS E SUAS VÍTIMAS NO RIO GRANDE DO SUL

4.1. IDADE (EM FAIXA)

Gráfico 5:
Distribuição relativa dos óbitos por homicídio por
faixa etária no Rio Grande do Sul - 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: Percentual de cada faixa etária sobre o total de óbitos por homicídio.

Vê-se no gráfico acima que a maior proporção de homicídios em todos os anos é encontrada na faixa etária dos 20 aos 29 anos no Rio Grande do Sul, situando-se entre 33% e 37%. Se a ela juntarmos a faixa dos 30 aos 39, teremos os percentuais de 61%, 58%, 57%, 59% e 59% distribuídos pelos anos. Assim, neste estado brasileiro os homicídios vitimam principalmente as pessoas com idade entre 20 e 39 anos.

Por outro lado, percebe-se uma nítida elevação da vitimização na faixa dos 10 aos 19 anos, em 45%; ao passo que a participação das demais faixas etária ou permaneceu constante ou declinou levemente nos últimos anos contemplados.

Os dois gráficos a seguir referem-se à razão (*odd ratio*) das probabilidades (em %) dos municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos possuírem maior participação relativa de vítimas de óbitos por homicídio em cada faixa etária, no respectivo ano, de acordo com o seguinte cálculo:

a) participação relativa de cada faixa etária sobre o total de homicídios nos municípios de 50.000 ou mais habitantes (e metropolitanos)

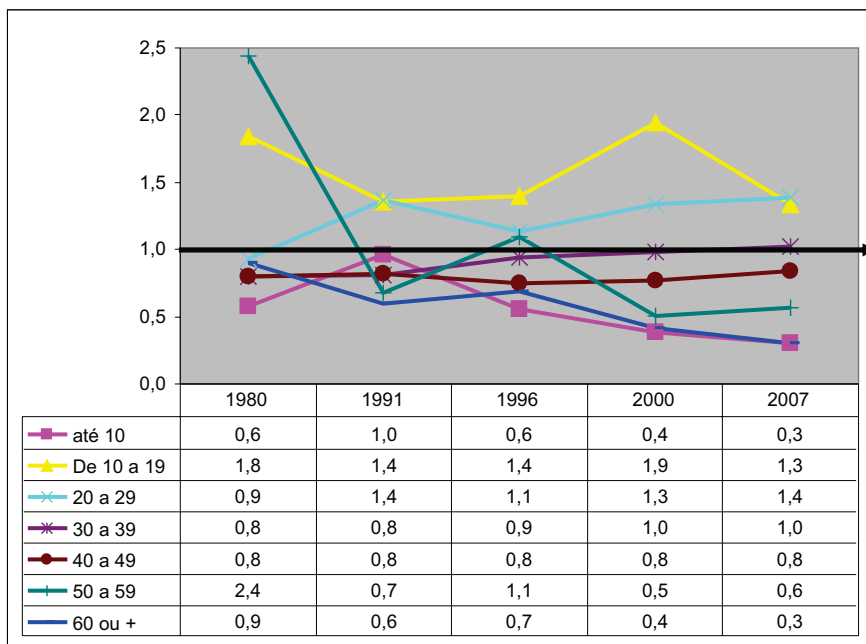
b) participação relativa de cada faixa etária sobre o total de homicídios nos municípios de menos de 50.000 habitantes (e interioranos)

Risco relativo (Odd ratio): a/b

O resultado igual a 1 significa que não existem diferenças significativas entre os espaços estudados acerca da vitimização homicida por faixa etária. Se o resultado for menor do que 1, a probabilidade é maior em b (no denominador, correspondendo aos municípios de menos de 50.000 habitantes e interioranos). Se o resultado for maior do que 1 é mais provável (em x vezes) que os municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos tenham uma maior vitimização na respectiva faixa etária do que os demais.

Neste trabalho, denominaremos a razão das probabilidades dos diferentes espaços de “risco relativo de vitimização”.

Gráfico 6:
Risco relativo de vitimização na respectiva faixa etária dos municípios de 50.000 ou mais habitantes, comparativamente aos de menor população - 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

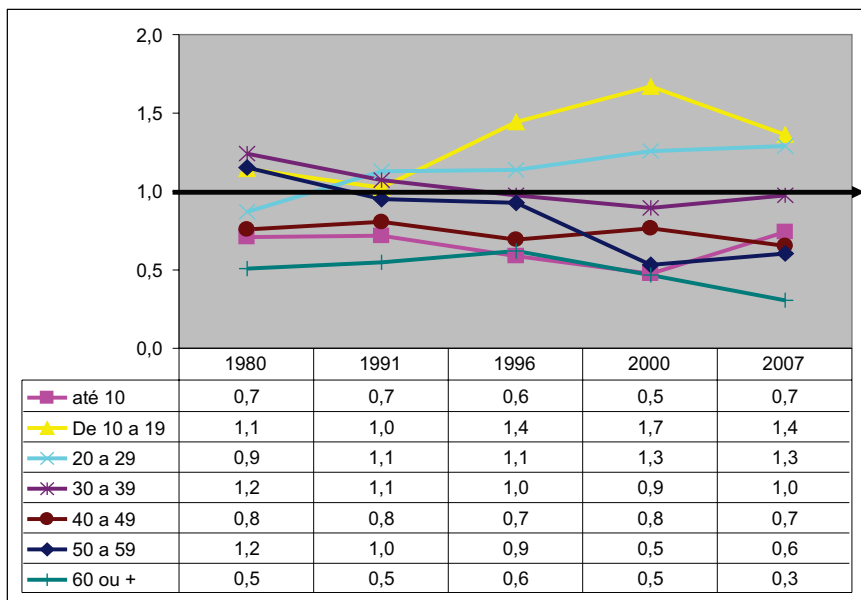
Notas: * Risco relativo = Razão entre os percentuais das faixas etárias sobre o total de homicídios dos municípios de 50.000 ou mais habitantes e os percentuais das faixas etárias dos municípios de menos de 50.000 habitantes, em cada ano.

* 1 = igualdade entre os espaços analisados.

Vê-se que os municípios de 50.000 ou mais habitantes têm maior risco relativo de possuírem vítimas de 10 a 19 anos e de 20 a 29 anos (a partir de 1991), do que os espaços menores. Portanto, as vítimas em cidades maiores tendem a ser mais jovens.

No ano de 1980, nos espaços mais populosos também prevaleceram (probabilidade de 2,4 vezes maior) as vítimas de 50 a 59 anos. A vitimização nas outras faixas etárias é maior nos municípios com menos de 50.000 habitantes.

Gráfico 7:
Risco relativo de vitimização na respectiva faixa etária dos municípios metropolitanos, comparativamente aos interioranos - 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br.

Cálculos efetuados pela autora.

Notas: * Risco relativo = Razão entre os percentuais das faixas etárias sobre o total de homicídios dos municípios metropolitanos e os percentuais das faixas etárias dos municípios interioranos, em cada ano.

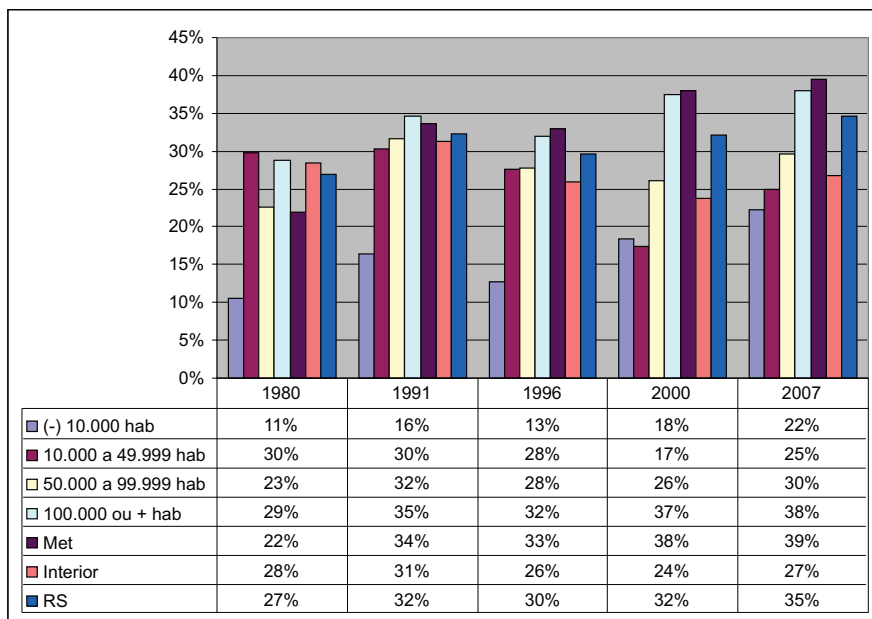
* 1 = igualdade entre os espaços analisados.

A partir de 1996, os municípios metropolitanos apresentam maiores riscos relativos de vitimização nas faixas etárias dos 10 aos 19 anos e dos 20 aos 29 anos, comparativamente aos interioranos. Portanto, as vítimas metropolitanas tendem a ser mais jovens. Até 1996, não existiam diferenças quanto a estas faixas etárias nos espaços analisados.

As mortes nas outras faixas - até 10 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 59 anos (desde 1996) e de mais de 60 anos - prevalecem em municípios interioranos.

4.2. HOMICÍDIOS JUVENIS (15 A 24 ANOS)

Gráfico 8:
Distribuição relativa dos óbitos por homicídio na faixa etária dos 15 aos 24 anos - 1980/2007



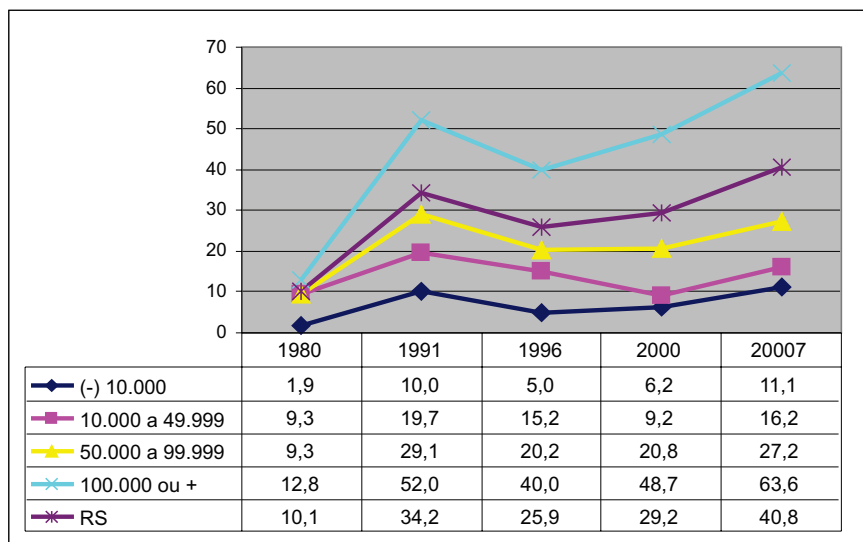
Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br.
Cálculos efetuados pela autora.

Nota: Percentual de vítimas de 15 a 24 anos sobre o total de vítimas.

Percebe-se no gráfico acima que a participação das vítimas de 15 a 24 anos cresceu em todos os espaços nos anos estudados, com exceção das cidades entre 10.000 e 50.000 habitantes (com maior vitimização juvenil relativa no ano de 1980) e do interior do Estado (cujas vítimas jovens superaram as metropolitanas apenas em 1980). Destacaram-se, neste aspecto, as cidades de 100.000 ou mais habitantes e as metropolitanas, as quais registraram, em 2007, 38% e 39% de vítimas de 15 a 24 anos de idade.

a) Evolução das taxas de óbitos por homicídio (15 a 24 anos) de acordo com o tamanho dos municípios

Gráfico 9:
Evolução das taxas de óbitos por homicídio, vítimas de 15 a 24 anos de idade, de acordo com o tamanho populacional dos municípios do RS – 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes de 15 a 24 anos de idade.

Como se observa no gráfico acima, de 1980 a 2007 os homicídios juvenis cresceram em todos os espaços, observando-se as maiores taxas nos municípios de 100.000 ou mais habitantes.

Tabela 8:
Variações das taxas de óbitos por homicídio (15 a 24 anos) de acordo com o tamanho populacional – períodos 1980 e 2007 / 1991 e 2007

Variações no período	1980 e 2007	1991 e 2007
Menos de 10.000 habitantes	477%	10%
De 10.000 até 49.999 habitantes	74%	-18%
De 50.000 a 99.999 habitantes	191%	-6%
De 100.000 ou + habitantes	397%	22%
RS	304%	19%

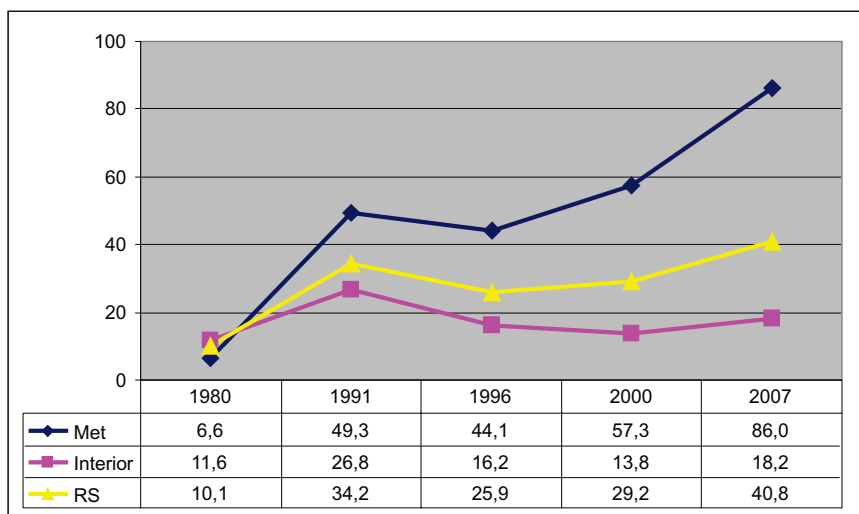
Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes de 15 a 24 anos de idade.

Nesta tabela destacam-se as seguintes diferenças entre os períodos 1980 e 2007 e 1991 e 2007: no primeiro, houve um crescimento elevado e generalizado das taxas de óbitos juvenis; no segundo, um crescimento moderado nos extremos populacionais (municípios com menos de 10.000 habitantes e com 100.000 ou mais habitantes) e uma redução das mortes de jovens nas cidades médias (que possuem entre 10.000 e 100.000 habitantes).

b) Evolução das taxas de óbitos por homicídio (15 a 24 anos) na Área Metropolitana e no Interior do RS

Gráfico 10:
Evolução das taxas de óbitos por homicídio, vítimas de 15 a 24 anos de idade, na área metropolitana e no interior do RS – 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes de 15 a 24 anos de idade.

As taxas de óbitos por homicídio com vítimas juvenis, de 15 a 24 anos de idade, aumentaram em todo o território sul-rio-grandense. Apenas em 1980 a taxa do interior do Estado superou a metropolitana e estadual, posição que vem se invertendo desde 1991. Nos anos de 2000 e 2007 as taxas metropolitanas foram duas vezes mais altas do que as estaduais e quatro vezes mais do que as interioranas.

Tabela 9:
Variações das taxas de óbitos por homicídio (15 a 24 anos)
de acordo com a localização – períodos 1980 e 2007 / 1991 e 2007

Variações no período	1980 e 2007	1991 e 2007
Área Metropolitana	1.207%	75%
Interior do RS	57%	-32%
RS	304%	19%

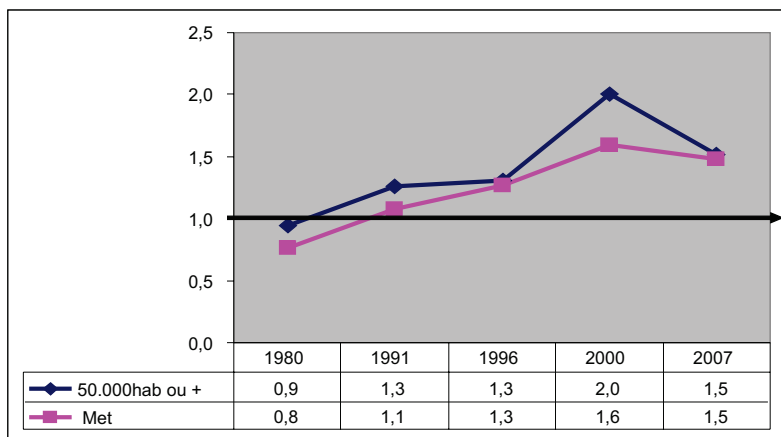
Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes de 15 a 24 anos de idade.

Excluindo-se o ano de 1980 da série histórica, verifica-se que nos municípios interioranos houve uma redução das taxas de homicídios juvenis, de -32%. Na área metropolitana e no conjunto do Estado nota-se um movimento ascendente de, respectivamente, 75% e de 19%. Quando se examina série histórica mais longa, percebe-se uma evolução dos homicídios juvenis em todos os espaços, especialmente na área metropolitana (1.207%).

O gráfico a seguir refere-se ao risco relativo de vitimização juvenil (de 15 a 24 anos) dos municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos.

Gráfico 11:
Risco relativo de vitimização juvenil (15 a 24 anos) dos municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos, comparativamente aos menores e interioranos - 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Notas: * Risco relativo = Razão entre os percentuais de vítimas na faixa etária 15 a 24 sobre o total de homicídios dos municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos e os percentuais dos municípios com menos de 50.000 habitantes e interioranos, em cada ano.

* 1 = igualdade entre os espaços analisados.

Na mesma direção de resultados anteriores, excluindo-se o ano de 1980, o maior risco relativo de vitimização juvenil foi observado nos municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos, comparativamente aos municípios menos populosos e interioranos.

4.3. VÍTIMAS DO SEXO MASCULINO

Tabela 10:
Distribuição relativa dos óbitos por homicídio com vítima do sexo masculino no Rio Grande do Sul e conforme o tamanho populacional e a localização do município - 1980/2007

% Vítimas do sexo masculino	1980	1991	1996	2000	2007
Até 50.000 habitantes	92%	89%	83%	87%	87%
De 50.000 ou + habitantes	90%	91%	88%	90%	92%
Área Metropolitana	90%	93%	89%	91%	94%
Interior do RS	91%	89%	85%	87%	87%
RS	91%	91%	87%	89%	91%

Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

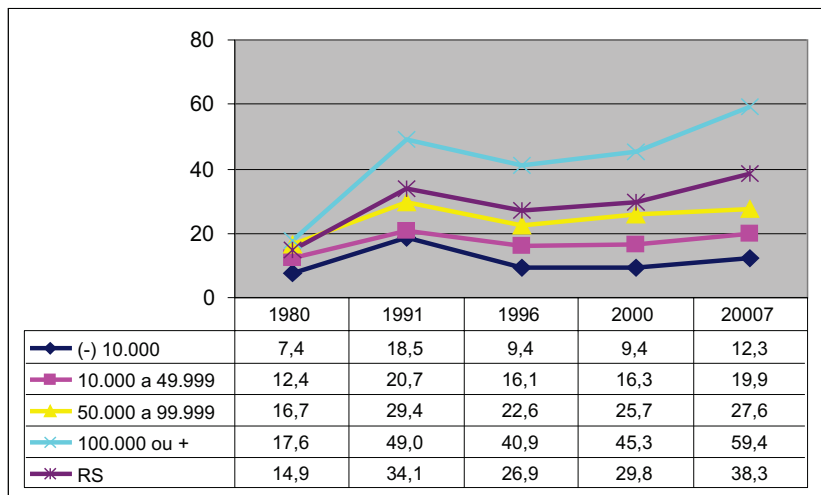
Nota: Percentual de vítimas do sexo masculino sobre o total de óbitos por homicídio.

Conforme já comprovado por várias pesquisas envolvendo homicídios, prevalecem as vítimas do sexo masculino na grande maioria dos casos. No território sul-rio-grandense os homens representam mais de 80% das vítimas, independentemente do ano e do espaço social considerado. Contudo, nos municípios de 50.000 habitantes ou mais e metropolitanos, a vitimização masculina superou, em alguns anos, os 90% do total de homicídios.

a) Evolução das taxas de óbitos por homicídio com vítima do sexo masculino de acordo com o tamanho dos municípios

Gráfico 12:

Evolução das taxas de óbitos por homicídio, vítimas do sexo masculino, de acordo com o tamanho populacional dos municípios do RS - 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes do sexo masculino.

Neste gráfico, que expõe a série histórica das taxas de homicídios masculinos de acordo com o tamanho populacional, os valores mais altos são os dos municípios maiores, de 100.000 ou mais habitantes.

Tabela 11:

Variações das taxas de óbitos por homicídio com vítima do sexo masculino de acordo com o tamanho populacional períodos 1980 e 2007 / 1991 e 2007

Variações das taxas no período	1980 e 2007	1991 e 2007
Menos de 10.000 habitantes	65%	-33%
De 10.000 até 49.999 habitantes	61%	-4%
De 50.000 a 99.999 habitantes	66%	-6%
De 100.000 ou + habitantes	238%	21%
RS	158%	13%

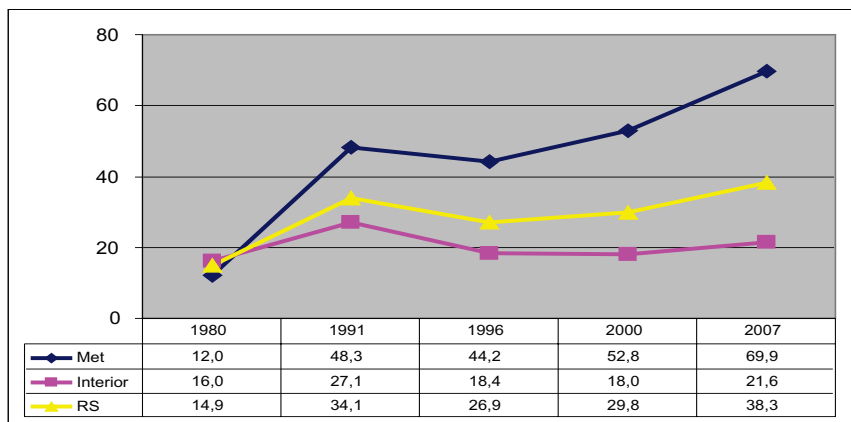
Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes do sexo masculino.

Considerando-se o período 1980 a 2007, em todos os grupos de municípios e no RS, os homicídios masculinos cresceram, embora com maior intensidade nas cidades maiores (de 100.000 ou mais habitantes, em 238%). Excluindo-se o ano de 1980, nos espaços até 100.000 habitantes os homicídios declinaram, especialmente nos municípios pequenos (em -33%). Tais resultados aproximam-se dos encontrados anteriormente na tabela 6, que se refere às taxas gerais de homicídio.

B) Evolução das taxas de óbitos por homicídio com vítima do sexo masculino na Área Metropolitana e no Interior do RS

Gráfico 13:
Evolução das taxas de óbitos por homicídio, vítimas do sexo masculino, na área metropolitana e no interior do RS - 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes do sexo masculino.

As taxas de homicídios masculinos metropolitanos vêm se afastando progressivamente das interioranas desde 1980, quando o seu valor foi inferior. As taxas do interior do RS, após um movimento declinante em 1996 e 2000, aumentaram no último ano da série histórica.

Tabela 12
Variações das taxas de óbitos por homicídio com vítima do sexo masculino de acordo com a localização – períodos 1980 e 2007 / 1991 e 2007

Variações no período	1980 e 2007	1991 e 2007
Área Metropolitana	480%	45%
Interior do RS	35%	-20%
RS	158%	13%

Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: taxas por 100.000 habitantes de 15 a 24 anos de idade.

Similarmente aos resultados expostos na tabela 7 (taxas gerais por localização), os homicídios masculinos cresceram globalmente no estado entre os anos 1980 e 2007, especialmente na Área Metropolitana. Na série mais curta, 1991 e 2007, enquanto que as taxas de vítimas homens aumentaram no RS e na Área Metropolitana, no interior elas declinaram.

Por fim salienta-se que não foram encontradas diferenças conforme o tamanho populacional e a localização (área metropolitana x interior do estado) no risco relativo de ocorrência de vítimas do sexo masculino, demonstrando que, em qualquer espaço social, os homens tendem a ser mais vitimados do que as mulheres.

4.4. VÍTIMAS COM ESCOLARIDADE BAIXA (SEM INSTRUÇÃO OU COM ATÉ TRÊS ANOS DE ESTUDO)

Tabela 13:
Distribuição relativa dos óbitos por homicídio com vítimas de baixa escolaridade no Rio Grande do Sul, conforme o tamanho populacional e a localização do município - 1980/2007

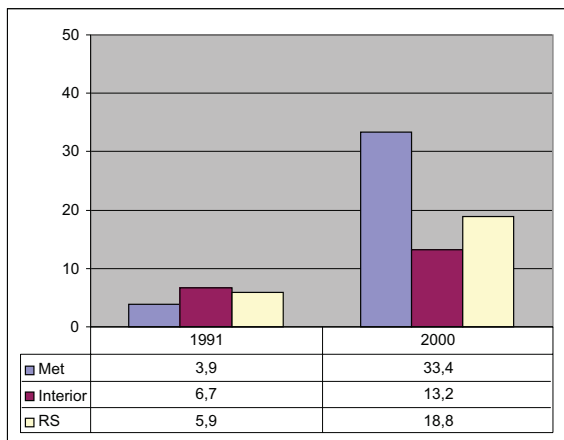
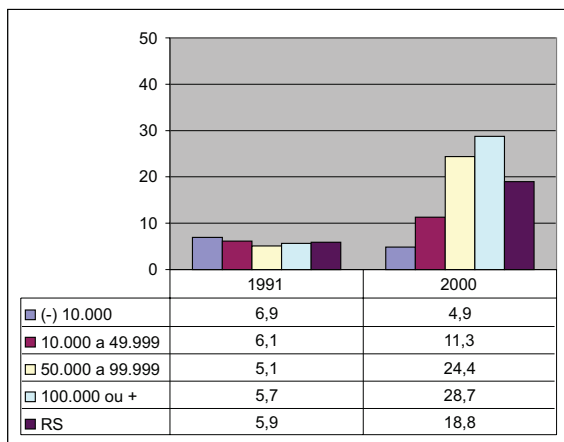
% de homicídios com vítimas de baixa escolaridade sobre o total	1980	1991	1996	2000	2007
Menos de 10.000 habitantes	21%	11%	10%	18%	13%
De 10.000 até 49.999 habitantes	20%	9%	8%	23%	15%
De 50.000 a 99.999 habitantes	7%	5%	3%	27%	18%
De 100.000 ou + habitantes	7%	3%	2%	16%	13%
Área Metropolitana	3%	2%	2%	16%	12%
Interior do RS	14%	7%	6%	23%	17%
RS	11%	5%	4%	18%	14%

Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: Percentual de vítimas com baixa escolaridade (pessoas sem instrução ou com até três anos de estudo) sobre o total de óbitos por homicídio.

A participação relativa das vítimas de homicídio com escolaridade baixa cresceu no RS e nos espaços intraestaduais no período 1980 a 2000, com exceção dos municípios de menos de 10.000 habitantes, onde houve um declínio. Já no último ano da série nota-se um decréscimo generalizado das vítimas com baixa escolaridade.

Gráficos 14 e 15 – Taxas de óbitos por homicídio com vítimas de baixa escolaridade, conforme o tamanho populacional e a localização do município – 1991 e 2000



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Notas: * Taxas por 100.000 pessoas de 10 ou mais anos de idade sem instrução ou com até três anos de estudo.
* Não se obtiveram dados para os outros anos.

Analisando-se as taxas de homicídios que vitimaram pessoas com escolaridade baixa, percebe-se uma tendência generalizada de elevação em 2000 comparativamente a 1991, exceto nos municípios de menos de 10.000 habitantes, onde as taxas decresceram -29% (vide a tabela abaixo). Veja-se a elevação surpreendente, de 759%, das taxas metropolitanas dos óbitos por homicídio de pessoas com baixa escolaridade.

Tabela 14:

Varição das taxas de óbitos por homicídio com vítimas de baixa escolaridade, conforme o tamanho populacional e a localização do município, nos anos 1991 e 2000

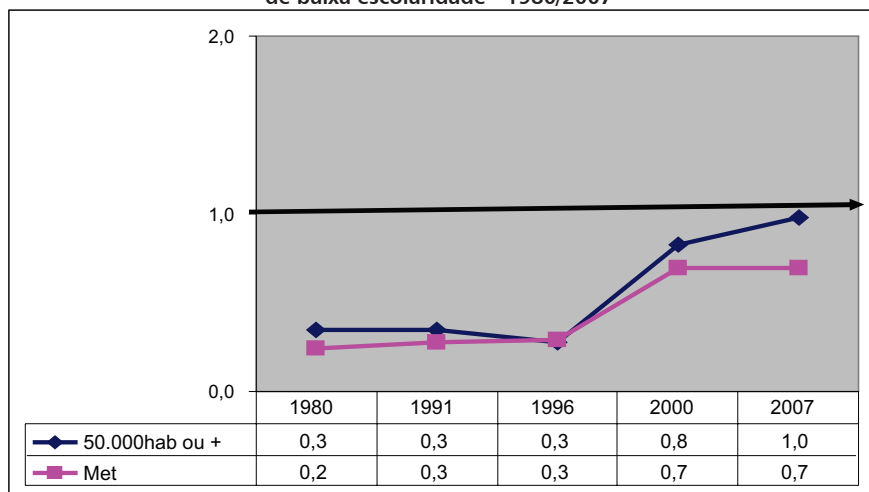
Varição das taxas no período	1991 e 2000
Menos de 10.000 habitantes	-29%
De 10.000 até 49.999 habitantes	85%
De 50.000 a 99.999 habitantes	373%
De 100.000 ou + habitantes	401%
Área Metropolitana	759%
Interior do RS	96%
RS	220%

Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Notas: * Taxas por 100.000 pessoas de 10 ou mais anos de idade sem instrução ou com até três anos de estudo.
* Não se obtiveram dados para os outros anos.

Gráfico 16:

Risco relativo de os municípios maiores e metropolitanos do RS terem mais vítimas de baixa escolaridade - 1980/2007



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: www.datasus.gov.br; IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Notas: * Razão entre os percentuais de vítimas com escolaridade baixa sobre o total de homicídios dos municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos e os percentuais dos municípios com menos de 50.000 habitantes e interioranos, em cada ano.

* 1 = igualdade entre os espaços analisados.

Há maior probabilidade (% sobre o total de homicídios) de uma pessoa com baixa escolaridade ser morta nos espaços menores de 50.000 habitantes (de 1980 a 2000) e interioranos (em todos os anos da série), comparativamente aos espaços maiores e metropolitanos.

Ou seja, mesmo que as taxas de vítimas com baixa escolaridade tenham crescido mais nas cidades de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanas no período 1991 a 2000, tal variação não elevou significativamente o risco de uma pessoa com baixa escolaridade ser morta nestes espaços. Acontece que, nos municípios menores de 50.000 habitantes e interioranos, havia maior proporção de pessoas de 10 ou mais anos de idade com escolaridade baixa nos anos 1991 e 2000, conforme mostram os resultados da tabela 15.

Tabela 15:
Participação relativa das pessoas de 10 ou mais anos com escolaridade baixa sobre a população total de 10 ou mais anos, conforme o tamanho populacional e a localização do município, entre os anos 1991 e 2000

Participação relativa das pessoas de baixa escolaridade sobre a população de 10 ou mais anos de idade	1991	2000
Menos de 10.000 habitantes	22%	25%
De 10.000 até 49.999 habitantes	21%	23%
De 50.000 a 99.999 habitantes	19%	19%
De 100.000 ou + habitantes	16%	16%
Área Metropolitana	16%	16%
Interior do RS	20%	21%
RS	18%	19%

Fontes: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Nota: * Percentual das pessoas com baixa escolaridade (sem instrução ou com até três anos de estudo) sobre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade.

CONCLUSÃO

Neste trabalho analisou-se a posição dos estados sulistas quanto à violência homicida dentro do contexto nacional, as tendências gerais dos óbitos por homicídio no contexto estadual e intraestadual e algumas características das vítimas quanto à idade, sexo e escolaridade baixa.

Dentre os resultados já interpretados ao longo do texto, destacamos:

a) Os homicídios no Sul do Brasil

O crescimento dos homicídios no Rio Grande do Sul e no Paraná superou o brasileiro entre os anos 1980 e 2007. No estado de Santa Catarina, os óbitos por homicídio também cresceram, mas de forma menos intensa, em 2% a cada ano, variação média inferior à brasileira (de 3%) e à do RS e do PR (ambas com 4%). As taxas catarinenses são as mais baixas da Região Sul.

Além disso, Santa Catarina ocupa, dentre os três estados do sul, a melhor posição (com as menores taxas) no *ranking* das taxas de homicídios por estados brasileiros, que considerou os anos 1980, 1991, 1996, 2000 e 2007. Em contrapartida, no Paraná eles são em maior número, e no Rio Grande do Sul os homicídios têm crescido mais rapidamente do que nos outros dois estados.

b) Posição do RS no “Mapa da Violência dos municípios brasileiros – 2008”

- Taxas de homicídios gerais e juvenis – Nenhum município gaúcho apareceu nas primeiras colocações dos *rankings* específicos (de 100 e 200 municípios).

Destacaram-se alguns municípios de menos de 10.000 habitantes, exigindo cautela na interpretação dos resultados, uma vez que a baixa população se reflete na instabilidade e elevação de suas taxas. Há que se investigar acuradamente estas mortes em cidades pequenas, e, para a construção de *rankings* e a comparação entre taxas de homicídios de espaços geográficos muito diferenciados, seria mais plausível utilizar municípios de 10.000 ou mais habitantes, agrupá-los em regiões ou lançar mão de médias móveis de cinco ou mais anos.

c) Evolução dos homicídios nos espaços intraestaduais entre 1991 e 2007

Os municípios acima de 100.000 habitantes e metropolitanos apresentaram taxas de óbitos mais elevadas e tendência de crescimento (esta também observada em nível estadual). Enquanto isso, nos municípios com menos de 100.000 habitantes (especialmente os pequenos, com até 10.000 habitantes), as taxas de homicídio declinaram. Este mesmo comportamento ascendente e regionalizado foi observado quanto às mortes de homens, no período 1991 a 2007.

d) Outras características das vítimas no período 1980/2007

- Idade (faixas)

Verificou-se maior incidência de homicídios na faixa dos 20 aos 29 anos (de 33% a 37%, nos anos estudados). Mais de 57% das vítimas possuem entre 20 e 39 anos (soma de duas faixas). Por outro lado, cresceu em 45% a vitimização entre os 10 e os 19 anos de idade no período estudado.

Os municípios maiores (de 100.000 ou mais habitantes) e metropolitanos têm maior risco relativo de terem vítimas entre 10 e 19 anos e entre 20 e 29 anos do que os menores e interioranos.

- Os homicídios juvenis (15 a 24 anos) cresceram nos dois polos populacionais: nos municípios de menos de 10.000 habitantes e de 100.000 ou mais habitantes (com as maiores taxas). Eles também aumentaram nos municípios metropolitanos, os quais ostentaram taxas duas vezes mais altas do que as estaduais e quatro vezes superiores às interioranas, entre os anos 2000 e 2007.

Há um maior risco relativo de os jovens serem vitimados em municípios de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanos.

- A participação relativa das vítimas de baixa escolaridade (sem instrução ou com até três anos de estudo), cresceu 220% de 1991 a 2000 no RS, representando, em 2007, 14% do total de vítimas. Os índices mais elevados e as maiores variações positivas foram observados nas cidades de 50.000 ou mais habitantes e metropolitanas.

Todavia, o risco relativo de uma pessoa com baixa escolaridade ser vitimada é maior em municípios com até 50.000 habitantes (com exceção de 2007) e interioranos (todos os anos da série histórica), devido à maior presença nestas localidades de pessoas de 10 ou mais anos de idade com pouca instrução.

Por fim, salienta-se que o homicídio é um delito complexo que compreende vários cenários sociais do crime, ou seja, distintos atos e objetos, relações sociais, temas de confrontação, interesses em jogo e dinâmicas. Ele pode abranger desde a extrema racionalidade e o planejamento das ações (como no caso do acerto de contas do crime organizado) até os conflitos domésticos ou nos locais de convivência, bem como os desentendimentos por motivos fúteis entre conhecidos ou desconhecidos.

A construção de tipologias de homicídios seria uma estratégia útil para se buscar dar conta dessa diversidade, por exemplo, diferenciando-os entre: a) violência interativa ou relacional – mais frequente e ocasional, envolvendo pessoas que se conhecem e vivenciam conflitos interpessoais cotidianos, e b) violência instrumental – relacionada com práticas de aquisição de bens ilícitos, acionadas por criminosos profissionais e/ou vinculados ao crime organizado, as quais, embora menos incidentes do que o primeiro tipo, tendem a prevalecer em espaços urbanos, metropolitanos, com alta densidade populacional e onde existem estruturas criminais. A fim de se operacionalizar tais tipologias, é indispensável uma análise em profundidade das circunstâncias que envolvem os homicídios, através de consulta em fontes secundárias (como os processos judiciais criminais), ou de pesquisa de campo com técnicas qualitativas de levantamento de dados (histórias de vida ou entrevistas com homicidas, conhecidos da vítima e do criminoso, testemunhas, etc.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOX, James; ZAWITZ, Marianne. (2004). "Homicide Trends in the United States: 2002 Update". *Bureau of Justice Statistics – Crime Data Brief*: US Department of Justice, november. Disponível em: <<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/homicide/homtrnd.htm>>. Acesso em: 10 out. 2006.

MATOS, Sônia; PROIETTI, Fernando; BARATA, Rita. (2007). Confiabilidade da informação sobre mortalidade por violência em Belo Horizonte, MG. *Revista de Saúde Pública* [on line], São Paulo, v.41, n.1, p. 76-84, fev. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

WAISELFSZ, Júlio Jacobo (2008). *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana: Ministério da Saúde: Ministério da Justiça; São Paulo: Instituto Sangari.

APÊNDICE I: GRUPOS DE MUNICÍPIOS DO RS – QUANTIDADE E POPULAÇÃO

Quadro 1:
Distribuição do número de municípios do Rio Grande do Sul conforme os grupos populacionais e a localização, nos anos 1980/2007.

Grupos de municípios Quantidade	1980		1991		1996		2000		2007	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Menos de 10.000 hab.	66	28%	163	49%	261	61%	304	65%	335	68%
De 10.000 até 49.999 hab.	128	55%	131	39%	126	30%	121	26%	120	24%
De 50.000 até 99.999 hab.	27	12%	23	7%	24	6%	25	5%	23	5%
De 100.000 ou + hab.	11	5%	16	5%	16	4%	17	4%	18	4%
Área Metropolitana	13	6%	18	5%	23	5%	24	5%	24	5%
Interior	219	94%	315	95%	404	95%	443	95%	472	95%
Total	232	100%	333	100%	427	100%	467	100%	496	100%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

Quadro 2:
Distribuição da população dos municípios do Rio Grande do Sul conforme os grupos populacionais e a localização, nos anos 1980/2007

Grupos de municípios População residente	1980		1991		1996		2000		2007	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Menos de 10.000 hab.	475.628	6%	903.319	10%	1.225.233	13%	1.378.519	14%	1.432.239	14%
De 10.000 até 49.999 hab.	2.716.781	35%	2.693.504	29%	2.550.656	26%	2.472.546	24%	2.579.153	24%
De 50.000 até 99.999 hab.	1.844.395	24%	1.555.047	17%	1.658.177	17%	1.730.444	17%	1.574.373	15%
De 100.000 ou + hab.	2.737.045	35%	3.986.800	44%	4.200.622	44%	4.606.289	45%	4.997.122	47%
Área Metropolitana	2.321.389	30%	3.036.792	33%	3.230.603	34%	3.492.874	34%	3.722.096	35%
Interior	5.452.460	70%	6.101.878	67%	6.404.085	66%	6.694.924	66%	6.860.744	65%
RS	7.773.849	100%	9.138.670	100%	9.634.688	100%	10.187.798	100%	10.582.840	100%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Disponíveis em: www.ibge.gov.br. Cálculos efetuados pela autora.

APÊNDICE 2 - O SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE (SIM)

Os homicídios são representados neste trabalho pelos registros de óbitos do Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM), de acordo com o local de ocorrência do fato, os quais obtiveram coeficiente de correlação de Pearson acima de 0,9 com as mortes por local de residência da vítima (outra informação existente no SIM).

Diferentemente das baseadas nos registros de ocorrências policiais e tipificadas juridicamente, as estatísticas sobre mortalidade do Ministério da Saúde baseiam-se em levantamento dos atestados de óbito (a unidade é a vítima e não a ocorrência) feito nos cartórios pelas secretarias estaduais. Elas são agrupadas por tipos de causa mortis, segundo normas da Organização Mundial da Saúde. Ou seja, ao invés do critério jurídico dos registros policiais, aqui prevalece o médico. As chamadas mortes violentas ou por causas externas (acidentes de transporte, outros acidentes, suicídios, efeitos adversos de drogas ou medicamentos, homicídios ou agressões, e outras violências) são declaradas em formulário padronizado, de preenchimento obrigatório pelos médicos legistas.

O fluxo das informações dos óbitos por homicídio inicia nos hospitais e delegacias de polícia com o registro do tipo de violência que acompanha o encaminhamento do corpo para necropsia. Nos institutos de medicina legal, esses dados e os resultados da necropsia são transcritos na declaração de óbito que é a fonte usada pelas secretarias de saúde para a codificação da causa básica de morte.

Então, as secretarias estaduais transmitem os dados para o Ministério da Saúde.

No site do Ministério da Saúde encontram-se informações sobre mortalidade geral e específica que cobrem o período 1979 a 2004. Desde 1996, os óbitos por homicídio referem-se ao item “agressões”, uma das causas externas de morbidade e mortalidade constante na “Classificação Internacional de Doenças” (CID) nº 10. Anteriormente, a denominação era “homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outra pessoa”, no grupo E55 da CID9. As estatísticas podem ser agrupadas por estados, microrregiões, regionais de saúde, regiões metropolitanas, municípios e aglomerados urbanos. Devido a sua cobertura nacional e por incluir fatos letais que nos registros policiais são tipificados em outras categorias (latrocínios, lesões corporais graves seguidas de morte, assassinatos ocultados pelo registro de “encontro de cadáver”), vários autores utilizam esta fonte⁴.

4 Apesar de serem amplamente utilizadas, as estatísticas sobre mortalidade não são isentas de problemas. Matos et al. (2007), avaliando a confiabilidade das informações de Belo Horizonte existentes no SIM, constataram o número excessivo de lesões de intencionalidade ignorada, e de suicídios e homicídios classificados erroneamente como acidentes. Através de comparação entre os dados do SIM e os do Instituto Médico Legal daquela cidade, verificaram que 5,7% dos óbitos classificados como acidentes não especificados ou eventos de intenção indeterminada deveriam ter sido tipificados como homicídios. Além destes problemas, constatou-se neste estudo que os dados relativos aos anos iniciais da década de 1980 são extremamente baixos, suspeitando-se de subnotificação, especialmente no tocante às características (sexo, escolaridade, idade) das vítimas. Também existem imprecisões quanto ao local de ocorrência: algumas vezes a vítima é encaminhada para um hospital de uma cidade distinta daquela onde a morte ocorreu.